

**PROJETO DE LEI Nº                   , DE 2010**

**(do Sr. Arnaldo Faria de Sá)**

“Dispõe sobre o reconhecimento da profissão de vigia autônomo e afins e da outras providências”.

Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** - Estabelece o reconhecimento da profissão de vigia autônomo, denominando – se como todo guardador de imóveis residenciais.

**Parágrafo 1º** - A contratação dos serviços dos vigias caberá diretamente aos proprietários e moradores dessas propriedades, podendo ajustar condições de trabalho e de pagamento.

**Art. 2º** - Caberá aos Estados e ao Distrito Federal, e quando estes permitir, mesmo que em caráter provisório, aos Municípios, a regulamentação das condições para uso do exercício da profissão. Observando-se entre outros aspectos o seguinte:

**I** – O órgão publico responsável pelo cadastramento dos vigias

**II** – as formas de admissão para o desempenho da profissão

**III** – qualificação básica e cursos para exercer a profissão

**IV** – a integração da atividade como ação auxiliar as policias civil, militar e a guarda municipal

**Art. 3º** - Fica obrigado o vigia, para o regular exercício de seu direito, além de preencher os requisitos necessários:

**I** – portar uma credencial emitida pelas Secretarias competentes para o desempenho da função;

**II** – A utilização de uniforme especifico que não confronte ou imitem com o das forças armadas brasileiras, e nem contenham símbolos e brasões de uso não permitido.

**III** – A permissão da criação dos sindicatos da categoria, para a defesa de seus interesses.

**IV** – Fica a critério de cada vigia a opção pelo recolhimento contribuição previdenciária.

**Art. 4º** - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

### **JUSTIFICAÇÃO**

**A proposta da lei é reconhecer oficialmente a profissão de vigia, que, diante do crescimento da violência urbana, que vem aumentando cada vez mais, principalmente nos centros urbanos. A falta de legislação, desta profissão informal e muitas vezes incentivada pela insegurança em nossas cidades cria uma massa de trabalhadores sem respaldo da previdência social, e sem preparo profissional para exercer suas atividades.**

Sala das Sessões, 04 de agosto de 2010

**Arnaldo Faria de Sá**  
**Deputado Federal – São Paulo**